

Emenda pior do que o soneto

14 JUN 1988

ESTADO DE SÃO PAULO

Quem duvidasse do fato de que o Brasil é um país corporativo deveria intuir-se do que estava ocorrendo com o programa intitulado *TV Pirata*, para o qual foi elaborada uma minissérie denominada *Hospital de Base* — sátira inspirada no funcionamento do conhecido Hospital de Base de Brasília, o mesmo em que a 14 de março de 1985 foi submetido a uma primeira cirurgia o presidente eleito Tancredo Neves. Sucede que o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal tentou impedir a apresentação do quadro, mediante a propositura de ação cautelar ajuizada na Justiça Federal. A medida liminar solicitada como decisão prévia ao julgamento do mérito foi negada, no entanto; e restou à presidente daquele sindicato, Maria José Conceição, declarar que a diretoria da entidade acompanharia o programa, a fim de decidir se lhe caberia propor contra a emissora que transmite o programa em questão outro procedimento, a fim de obter que fosse condenada por difamação.

"Não teria sido melhor, então, simplesmente aguardar que a minissérie fosse ao ar e, avaliando-a, desencadear a ação competente, se fosse o caso? Por que

empenhar-se o sindicato pela medida cautelar e pela liminar, antes de que o público tomasse conhecimento do quadro montado? Fazer questão de evitar que o público apreciasse a sátira deixa a impressão de que ela atingiria o calcanhar de Aquiles dos médicos. Ou, em outras palavras, faz crer que esse mesmos médicos têm consciência nítida de estar com o calcanhar à mostra. Antes da crítica, que poderia ou não ser contundente, impunha-se assim — dentro do ponto de vista dos atingidos — a censura prévia, que tem sempre caráter antidemocrático e é por isso profundamente antipática. Não cabe aqui entrar na seara do que vale o atendimento hospitalar nos longes do Planalto Central ou em qualquer cidade desta nação imensa. Pode ser bom ou mau; mas o importante é o detalhe para o qual os médicos de Brasília não atentaram: o povo conhece a forma por que esse atendimento é prestado e já o estimou há muito tempo, colocando-lhe à frente o sinal *mais* ou o sinal *menos*. E a minissérie que se buscou eliminar da *TV Pirata*, seguramente, não influiria numa sentença extra-autos, que já foi proferida e transitou em julgado. Nada ou ninguém a modificaria.

Seja como for, o esforço empreendido por quem estava diretamente interessado em eliminar a crítica determinou que fosse passado um telegrama ao titular da emissora, pedindo a revisão do programa; e o título foi mudado, tornando-se *Hospital Geral*. Ora, com o alarde promovido, o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal conseguiu alcançar o objetivo inverso daquele a que visava: chamou atenção para o quadro que combatia e, no acerto de contas, o título antigo passou a ser conhecido como *apelido*, tamanha foi a propaganda que lhe granjeou a ação cautelar que os médicos julgaram oportuna e necessária. No entanto, a verdade — que os fatos atestam — é que a sátira lança raízes em dificuldades reais que existem no Hospital de Base, impossibilitando-o de operar como seria desejável. Iniciou-se uma reforma não concluída, isso acarreta dificuldades materiais nada insignificantes, faltam recursos e o atendimento, que se multiplica a um número excessivo de doentes não internados, faz cair o nível da assistência que pode ser prestada a todos.

No ano passado, um jornal do Rio publicou nota informando que uma criança caía de um

andar alto do HB, mas não morreu. O texto concluía afirmando que, finalmente, alguém encontrara uma maneira de sair com vida de lá... Não houve reação conhecida. Por que, então, a celeuma causada contra a crítica veiculada na televisão? Pelo fato de ser exposta sob o impacto de um meio de comunicação de massa que abrange público mais amplo?

A presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília, em declarações à imprensa, teve ocasião de ressaltar que o maior problema do Hospital de Base não é tanto a falta de verbas como o "de organização do governo". Melhor faria, portanto, se se esforçasse por garantir que cessasse a desorganização reinante e que o poder público, onipotente neste país, se interessasse de fato pelos serviços do hospital a fim de elevar o padrão deles. Seria tal iniciativa, por certo, muito mais útil do que a de guerrear, por espírito corporativo que está fora de tom, e por via da Justiça, e em pura perda, um programa que, sem o alarde provocado, não chamaria tanta atenção como provocará doravante, qualquer que seja o título que lhe seja dado. Aí está um episódio típico do caso em que a emenda é pior do que o soneto.